



A MILITÂNCIA FEMININA NO PCB – DÉCADA DE 1930

Carlos Roberto da Rosa Rangel

Centro Universitário Franciscano

E-mail: C.rangel@terra.com.br

Cácia da Silva Cortes

Centro Universitário Franciscano

E-mail: cacia135@hotmail.com

Resumo: O objetivo deste artigo é perceber como ocorreu a inserção de algumas militantes no PCB em função dos preparativos revolucionários desenvolvidos na década de 1930. Cruzando-se obras historiográficas, autobiografias, biografias, documentos sobre o PCB e obras teóricas sobre relações de gênero, mostra-se que havia uma estreita ligação entre militância política, laços familiares e vivência conjugal; que as militantes estudadas atuaram ativamente na mobilização popular e intelectual dos anos 1934 e 1935, mas nem sempre associadas ao PCB; que as militantes tiveram de superar o preconceito social contra os comunistas e também as prevenções da cúpula do PCB em relação às mulheres intelectuais.

Palavras-chave: *mulheres; PCB; revolução.*

Introdução

O presente artigo destaca a inserção de algumas militantes no movimento revolucionário comunista na década de 1930, buscando compreender como essa inserção ocorria e como era percebida por elas mesmas e pelas pessoas com quem tinham contato mais freqüente. Para esse propósito, foram consultados processos-crime no Arquivo Nacional (TSN) e documentos do Arquivo do Estado do Rio de Janeiro (DESPS), autobiografias de mulheres e homens militantes do PCB, obras historiográficas especializadas no movimento comunista no Brasil e algumas obras referenciais para o embasamento teórico sobre relações de gênero.

Este artigo, de certa maneira, encontra as mulheres em lugares onde sua presença, a princípio, é pouco esperada: na organização partidária e nos preparativos revolucionários. Para Mariana Amorim (2003, p. 221-222), a razão dessa ausência





reside no fato de as investigações históricas sobre temas econômicos e políticos contemplarem timidamente as mulheres como atores sociais significativos quer pela preponderância de historiadores homens que se sentiriam pouco interessados por relações de gênero, quer pelas fontes localizadas em organizações e instituições constituídas hegemonicamente por homens.

Contudo, principalmente entre os anos 1930 e 1935, os militantes do PCB atuaram ativamente nos preparativos revolucionários ou na mobilização de setores do sindicalismo em que tinham influência, objetivando comprometer a estabilidade política do governo em benefício de um projetado Governo Nacional Popular Revolucionário. Entre esses militantes, encontravam-se algumas mulheres que tinham diferentes motivos pessoais para estarem envolvidas na militância política contra os governos instalados nas instâncias local, regional ou nacional e que atuaram no sistema de comunicações e informações, nas mobilizações de rua, na organização burocrática do partido comunista ou, como acontecia mais freqüentemente, participaram como companheiras dos militantes do comunismo.

Ao percorrer as experiências pessoais dessas mulheres, percebe-se que a filiação ao comunismo implicava em sobrepor vida privada e pública até se dilacerarem os limites entre a intimidade pessoal e a ação militante. Essa sobreposição tinha motivos de ordem prática, em virtude da constante atenção contra as ações de espionagem e infiltração da polícia, mas invariavelmente vinha acompanhada de justificação ideológica. Esse discurso que articulou a ação revolucionária das mulheres com as necessidades imediatas da organização partidária foi displicente no que tange à definição do sujeito *mulher revolucionária*, de tal maneira que pouca atenção foi dedicada às categorias relacionais *mulher/homem* enquanto atores diferenciados na luta pela transformação radical da sociedade brasileira.

Deve-se lembrar que gênero é construção social do sujeito masculino ou feminino, assim como elemento constitutivo das relações sociais nas quais a diferença de sexo pode engendrar relações de poder (SCOTT, 1995). Ainda que considerada a ressalva de Lya Machado (2000) de que relação de gênero não deve ser um conceito que simplesmente substitua “relações sociais de sexo” ou “relações entre homens e mulheres” – por remeterem para narrativas da naturalização e da biologização das relações entre homens e mulheres – admite-se que: 1) as diferenças de sexo podem remeter simbolicamente para estigmatizações dos comportamentos e das atitudes psíquicas atribuídas ao homem ou à mulher; 2) esse terreno simbólico explorado pelas ideologias suscita um campo normativo e doutrinário que restringe as interpretações sobre o que é legítimo ao homem ou à mulher; 3) as organizações e instituições sociais reproduzem e mesmo aprofundam, em maior ou menor escala, as duas dimensões mencionadas anteriormente.

204 Niterói, v. 8, n. 2, 203-223, 1. sem. 2008





Carlos Roberto da Rosa Rangel e Cácia da Silva Cortes

GENERO

Será mostrado no desenvolvimento deste artigo que as mulheres – quando foram objeto do discurso enunciado pela liderança pecebista – apresentaram-se preponderantemente como riscos ou fragilidades do Partido, de tal maneira que os militantes homens, com cargos de responsabilidade, dedicavam especial atenção na aprovação ou reprovação da nova militante, dizendo-lhe como deveria vestir-se, onde deveria trabalhar (ou procurar emprego) e com quem poderia ter relações mais íntimas. É certo que cuidados semelhantes eram reservados também aos camaradas homens, mas a centralidade do conceito de “opressão de classe contra classe”, no discurso pecebista, acabava encobrando o fato de que a preponderância dos homens nos assuntos políticos refletia relações de poder tão determinantes quanto aquelas estabelecidas na luta de classes e que tal ascendência masculina estava disseminada na sociedade brasileira, inclusive nas práticas organizacionais do Partido Comunista.

Admite-se que as relações de gênero são produto do contexto histórico-social e que adquirem uma dinâmica própria conforme a conjuntura com a qual estão articuladas. No que diz respeito à fraca presença feminina na política partidária, nas três primeiras décadas do século XX, o Brasil não era um caso à parte, mesmo entre os países ocidentais com forte influência européia e dos Estados Unidos. Hobsbawm (2002, p. 271-306), no capítulo que reservou para explorar sinteticamente a ampliação dos papéis sociais da mulher na Europa Ocidental, destaca que conquistas substanciais como maior nível de escolaridade formal, maior autonomia e centralidade no sistema de consumo, acesso às novas profissões além do magistério, mais espaço e liberdade para movimentos e exposição da sensualidade feminina e maior reconhecimento de suas necessidades específicas restringiram-se a uma escassa minoria de mulheres da classe média ocidental, não implicaram no vínculo explícito com o movimento feminista e tampouco no maior engajamento feminino nos assuntos da política, que continuava a ser esfera de ação tipicamente masculina.

Em termos globais, as ressalvas de Hobsbawm tinham em conta que, em países periféricos como o Brasil, excetuando-se as mulheres pertencentes aos setores médios, que transitavam nos centros urbanos mais dinâmicos,¹ a maioria das mulheres (assim como o restante da população em números absolutos) vivia no analfabetismo e no ambiente conservador das pequenas comunidades interioranas. Entretanto, é necessário ressaltar que essas adversidades não significaram a ausência da luta pelos direitos civis e políticos.

Ana Maria Colling (2000, p. 189-199), na pesquisa que realizou sobre a construção da cidadania da mulher brasileira, lembra que na Constituição de 1891 o artigo

¹ Em cidades brasileiras com intensa vida cultural, como Rio de Janeiro, a percentagem de mulheres alfabetizadas subiu aade 29,3% em 1872 para 43,8% em 1890, favorecendo a criação de jornais dedicados às mulheres como O Direito das Damas (1882), Echo das Damas (1885), A Família (1888) e A Mensageira (1897). Sobre a condição cultural da mulher brasileira, ver mais em Hahner (1981, p. 61-85).





nº 69 e seus adendos de nº 1 a 6 não restringiam a participação partidário-eleitoral da mulher, fato que amparou os argumentos das mulheres sufragistas como Myrthes de Campos,² Berta Maria Júlia Lutz³ e Leolinda Daltro⁴ entre outras. Como resultado concreto desta mobilização, pode-se destacar o reconhecimento do direito da mulher ao voto em dez estados da federação, quatro anos antes da Lei Eleitoral de 1932 que, em seu artigo 2º, definia como eleitor “o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo”, alistado na forma da Lei.

Mesmo lembrando a luta das sufragistas brasileiras, deve-se reconhecer que não ocorreu, nas três primeiras décadas do século XX, a ampla inserção da mulher no interior das organizações partidárias. A título de exemplo, depois de algumas décadas de luta pela participação política da mulher, a única deputada eleita para a Assembléia Nacional Constituinte de 1933 foi Carlota Pereira de Queirós, por São Paulo, que chamou Berta Lutz para trabalhar conjuntamente do que resultaram importantes conquistas femininas na nova Constituição, como a garantia da eleição de mulheres, reforma do ensino, regulamentação do trabalho feminino, proibição da demissão por gravidez e igualdade salarial (RANGEL, 2007, p. 55-56).

Pode-se dizer que havia uma certa *invisibilidade* da mulher engajada no interior das organizações partidárias, e os preparativos revolucionários dos comunistas valeram-se desta característica para empregar as mulheres junto aos seus quadros mais reservados, não como atores plenamente reconhecidos em igualdade com os homens, mas como responsáveis por tarefas secundárias necessárias à manutenção ou disfarce dos “aparelhos” (casa ou apartamento clandestinos destinados às reuniões ou atividades partidárias), além de atividades como espionagem junto às forças adversas, transmissão de mensagens e ações de propaganda.

Efetivamente, será mostrado no próximo subtítulo que as possibilidades de votar e ser eleita, atuar no parlamento e ocupar cargos públicos não eram as únicas alterna-

² Myrthes foi a primeira advogada a ser aceita no Instituto da Ordem dos Advogados e lutou pelo alistamento eleitoral das mulheres por meio da imprensa e da Associação dos Advogados Brasileiros, sendo autora das obras *O voto feminino* (1929) e *O voto feminino e os fundamentos de uma sentença* (1929). Sobre Myrthes de Campos, ver mais em Colling (2000, p. 182).

³ Berta Lutz graduou-se bióloga pela Sorbonne e retornou ao Brasil em 1918, depois de sete anos na Europa. Foi pioneira no acesso ao serviço público no Brasil (1919) e, em 1922, representou o país na Assembléia Geral da Liga das Mulheres Eleitoras, realizada nos Estados Unidos, sendo eleita vice-presidente da Sociedade Pan-Americana. Militando ativamente, garantiu o ingresso de meninas no tradicional Colégio Pedro II e organizou o I Congresso feminista do Brasil. Depois de representar as mulheres brasileiras em congressos internacionais, Berta Lutz criou a Liga Eleitoral Independente (1932) e candidatou-se a uma vaga à Assembléia Nacional Constituinte, em 1933, pelo Partido Autonomista do Distrito Federal. Ver mais em Colling (2000, p. 191-195).

⁴ Leolinda Daltro defendeu a incorporação das mulheres em cargos públicos e gerou uma polêmica ao tentar alistar-se no Exército, em 1921. Atuou com a esposa do presidente Hermes da Fonseca na criação da Linha de Tiro Feminina e, em 1910, fundou o Partido Republicano Feminino como forma de acirrar o debate em torno dos direitos políticos das mulheres. Em 1917, organizou uma passeata no Rio de Janeiro, a que compareceram 84 militantes protestando pelo voto feminino. Ver mais em Colling (2000, p. 183-184).





Carlos Roberto da Rosa Rangel e Cácia da Silva Cortes

GENERO

tivas de participação política que algumas mulheres brasileiras perseguiam ao longo da década de 1930. Havia outra esfera de participação política aberta às mulheres, na qual as instituições da democracia liberal não eram a meta a ser alcançada, mas um objetivo a ser destruído pela violência revolucionária de inspiração marxista.

A participação política das mulheres no PCB

Era prática comum entre os articuladores da revolução comunista apresentarem-se, no convívio cotidiano com a população, como casais de relacionamento estável e era igualmente comum que essa simulação acabasse envolvendo emocionalmente os dois camaradas. Em São Paulo, Villar tinha relacionamento estável com a ativista Eneida Costa de Moraes, mas em 1932 Eneida teve seu endereço descoberto, o que facilitou a apreensão do material tipográfico do partido e da documentação reveladora que acarretou a prisão de algumas lideranças (Arquivo Nacional, TSN, Prontuário DESPS/RJ n. 23.797). Em função disso, ela teve de separar-se de Villar (afastado do PCB) e caiu em desgraça no partido, sendo expulsa por ser “uma pequeno-burguesa degenerada que entrara no Partido para satisfazer sua sede de depravação” (GALVÃO, 2005, p. 111). Algum tempo depois, Antônio Maciel Bonfim (Miranda) tomou-a como secretária particular na condução do PCB e foram morar juntos no aparelho montado na rua das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, até o dia em que teve de se afastar dela porque Fernando de Lacerda lembrou que a escritora havia sido denunciada como “pessoa duvidosa e provocadora” nas depurações ocorridas em São Paulo, em 1931 (WAAK, 1993, p. 132-133).

Posteriormente, em 1935, Miranda apaixonou-se pela jovem Elvira Copello Coloni (Elza) e, como era de praxe, solicitou autorização de toda a cúpula do PCB para casar-se com ela, tornando-a sua mensageira particular. A mesma sorte não teve seu companheiro Honório de Freitas Guimarães (Martins) que solicitou autorização do Secretariado Nacional para unir-se a Beatriz Bandeira, jovem ativista da União Feminina do Brasil, obtendo resposta negativa, porque Miranda a considerava de origem “pequeno-burguesa” (WAAK, 1993, p. 188-189). Em contrapartida, o Secretariado sugeriu a Martins que se unisse formalmente à ativista Argentina Maria Banjas (Antonia), abandonada com dois filhos pelo instrutor da Internacional Comunista junto ao PCB, Jan Jolles, que, por sua vez, fora forçado a sair do Brasil em virtude da relação adúltera que mantinha com a esposa de um camarada abastado de nome Carvalho (WAAK, 1993, p. 69).

Em virtude das atividades de caráter conspirativo e do sigilo que isso implicava, é fácil compreender essa sobreposição de vida familiar e partidária conforme tornou particularmente ilustrativo o convívio dos casais Luis Carlos Prestes e Olga Benário, Arthur Ernest Ewert e Elise Saborowski (observadores da revolução a ser empreendi-

Niterói, v. 8, n. 2, p. 203-223, 1. sem. 2008 **207**





da por Prestes), Rodolfo Ghioldi e Carmem de Alfaya (representando o Bureau Sul-Americano da Internacional Comunista), Pavel e Sofia Stuchevski (dirigentes soviéticos controladores dos agentes no Rio de Janeiro) e Johann de Graaf com Helena Kruger (instrutores de guerrilha), todos eles mobilizados para preparar e conduzir a revolução comunista brasileira no ano de 1935.

A designação freqüente de “companheira” no lugar da palavra “esposa”, conforme o jargão comunista, revelava a forte sobreposição das instituições *família* e *partido*, proporcionando efeitos profundos nas relações afetivas entre homens e mulheres do PCB. Como membros da vanguarda revolucionária, não poderiam atribuir-se papéis típicos da família burguesa nem manter um relacionamento romântico idealizado, mas era-lhes reservada a missão de superar as mais duras privações e sacrifícios para alterar radicalmente a sociedade capitalista e isso proporcionava ao casal motivos de solidariedade recíproca, pois a desgraça de um levaria, inevitavelmente, à penúria do outro, quer nas mãos dos violentos policiais, quer nas depurações impostas pelo PCB, quando o militante acusado e seu companheiro(a), caso insistissem no relacionamento afetivo, eram alvos do isolamento, do desprestígio ou da denúncia à polícia.

A residência familiar facilmente convertida em “aparelho” tornava ainda mais tênue os limites entre a vida privada e íntima do casal e as rotinas partidárias. A onipresença do partido em todas as dimensões da vida do militante, sobretudo daqueles que se ocupavam dos preparativos revolucionários, não poderia garantir a separação radical entre vida privada e partidária. Em 1935, a militante de pseudônimo Dulce instruiu como deveriam ser instalados os aparelhos: habitados por um casal, não necessariamente casados, que abandonaria amigos e parentes e, sem medir esforços nem sacrifícios, procuraria uma casa em um bairro de desconhecidos, em uma rua sem grande trânsito e distante da polícia, com poucos vizinhos e, se eles existissem, deveriam ser tratados com amabilidade, mas sem deixar escapar informações. A casa deveria ter a aparência de um lar comum com portas e janelas abertas, mas nenhum estranho deveria entrar nela, e o fato de o marido não trabalhar deveria ser justificado por um problema de saúde permanente (FERREIRA, 2002, p. 96).

As conseqüências do engajamento familiar à causa comunista eram, normalmente, dramáticas. O espanhol Francisco Romero, responsável por parte do arsenal comunista, foi preso e torturado juntamente com a esposa e filha em fins de dezembro de 1935 e permaneceu preso com o filho de 12 anos no ano seguinte; os irmãos Meirelles (Ilvo, Francisco, Silo, Antônio, Dulce e Rosa) eram simpatizantes do comunismo e enfrentaram a perseguição, prisão, tortura e exílio; as irmãs Sidéria e Patrícia Galvão (Pagu) experimentaram juntas a prisão e os abusos policiais em 1936; os irmãos Augusto, Marino, Alberto e Lydia Besouchet foram perseguidos, e Lydia teve de fugir para a Argentina com o marido Newton Freitas (ativista da ANL); as atividades trotskistas de Mário Pedrosa levaram-no para a prisão, juntamente com a esposa,

208 Niterói, v. 8, n. 2, 203-223, 1. sem. 2008





Carlos Roberto da Rosa Rangel e Cácia da Silva Cortes

GENERO

Mary Houston Pedrosa, a cunhada, Elsie Houston (separada do francês comunista Benjamin Péret), e sua sogra, o que causou o abandono de quatro crianças (a filha dos Pedrosa e seus três sobrinhos); em 1940, o militante Abóbora, quando teve sua casa descoberta pela polícia, precipitou a prisão da esposa, Antonia da Silva, de seus dois filhos e a da senhora Ida D'Amico (esposa do companheiro comunista Sebastião Francisco que morava com eles), as quais foram terrivelmente torturadas ao ponto de Ida enlouquecer e tentar suicidar-se duas vezes, conseguindo esse intento em São Paulo, depois de ter sido solta (DULLES, 1985, p. 147-148 e p. 202-203).

Seguidas gerações de famílias de comunistas sofreram o isolamento social e o brusco rompimento das relações familiares a cada nova investida policial sobre o PCB, tal como exemplificou Jorge Ferreira (2002, p. 139-142) no caso de Maria do Carmo Ribeiro, esposa de Prestes. Ainda menina e órfã de mãe, viu seu pai, um revolucionário de 1935, coberto de feridas em virtude dos espancamentos recebidos da polícia de Recife, sendo acolhida durante três anos por uma família muito pobre de simpatizantes comunistas. Desnutrida e cheia de piolhos, voltou a conviver com o pai em 1938, casando-se com um militante comunista em 1949, quando tinha 17 anos. Em 1951, separou-se e foi com os filhos para São Paulo, em virtude de o esposo não ter resistido às torturas e ter delatado seus companheiros de Partido. Anos mais tarde, já casada com Prestes, Maria teve o filho Pedro (do primeiro casamento) retirado do seu convívio e entregue para a irmã de Prestes, sem que a mesma soubesse ser ele seu sobrinho. O menino revoltou-se e fugiu do Rio de Janeiro, retornando a Diadema onde se encontravam seus irmãos e a mãe Maria.

Diante do exposto, nota-se que o engajamento dos militantes comunistas na revolução, independentemente das classificações de gênero, implicava na entrega pessoal a uma causa, na qual o *eu* confundia-se com o sujeito revolucionário definido pelo discurso marxista-leninista. Sobre essa radicalidade, Bernardo Sorj (1983) já destacou que a mobilização dos militantes inspirados no marxismo, sobretudo dos comunistas, não se limita aos assuntos partidários ou a um ordenamento cognitivo da realidade, mas representa uma ordenação existencial e até certo ponto moral da vida do militante: biografia e história se encontram; o que é verdadeiro também é certo, e o sentido da vida e o sentido da sociedade se confundem. Enfatizando a relação dos militantes do partido de classe com as massas, Sigmund Neumann (1991) acrescenta a reflexão de que os partidos revolucionários, quando são expostos a uma longa luta até a conquista do poder, sobretudo quando trabalham na clandestinidade, têm dificuldade para contar com a simpatia de amplos setores sem oferecer resultados mais imediatos e, por isso, centram seus discursos de participação política em uma pequena elite de lutadores incansáveis a quem não importa uma recompensa no presente, mas que fazem da revolução a razão de suas vidas.

Niterói, v. 8, n. 2, p. 203-223, 1. sem. 2008 **209**





Devido à situação de clandestinidade e ao projeto revolucionário que motivava a militância, o PCB suportou grandes desafios para criar sua estrutura organizacional, expandir o quadro de militantes junto aos setores populares e agir regularmente como instituição legalmente constituída. Os quatro meses de legalidade em 1922, somados a mais alguns em 1927, foi o tempo de ação fora da clandestinidade até 1945, o que trouxe limitações na participação dos pecebistas no sistema de partidos e nos pleitos eleitorais. Contudo, essa situação marginal guardava algumas vantagens: muitos militantes, especialmente aqueles ligados à juventude comunista, deixavam-se empolgar por esse ambiente clandestino, secreto, conspirativo, cheios de códigos e símbolos que os distinguiram como uma espécie de vanguarda revolucionária no Brasil.

Leôncio Basbaum⁵ recorda que seus primeiros contatos com o comunismo ocorreram nessa esfera misteriosa e nos encontros em bares cariocas freqüentados por indivíduos suspeitos (na realidade, os fundadores do PCB, como Astrogildo Pereira, João da Costa Pimenta e Otávio Brandão). Segundo suas palavras:

Fiquei sabendo da existência de um Partido Comunista, que atuava clandestinamente, sob ameaça constante de prisão de seus membros e esse conhecimento, em vez de me afastar, mais me atraía para aqueles encontros, que começavam a ter para mim o encanto das coisas secretas e proibidas. (BASBAUM, 1976, p. 36)

Não se pense que se trata de psicologismos pueris da juventude... Assumir o *ethos* comunista implicava em mudança radical no estilo de vida e na maneira como se deveria participar da política. O mesmo Leôncio Basbaum dá-nos um depoimento exemplar disso:

Assim, a partir daquele mês de maio de 1926, em que ingressei no partido, a minha vida mudou inteiramente de rumo. Acabaram-se os namoricos e bailaricos, [...] praticamente me isolei dos poucos colegas com os quais eu ainda mantinha certas relações de amizades – ou de estudos – para me consagrar por inteiro às minhas tarefas (comunistas). [...] Quando entrei no partido essas relações se tornaram mais débeis. Fui atacado pelo mesmo mal que atacava a todos os que ingressavam no Partido: uma espécie de sectarismo que nos tornava em criaturas alcançadas pela graça divina e nos fazia encarar todos os seres humanos não-comunistas como infelizes que ainda não haviam descoberto a verdade. Ainda um ano atrás o mundo me parecia como uma caixa misteriosa que eu não conseguia abrir. Era como a caixa de Pandora. Pois ela agora estava aberta. Meti-me dentro dela em busca do mundo. Mas não percebi, senão muito tarde, que, entrando na caixa, deixara o mundo do lado de fora. (BASBAUM, 1976, p. 40-41)

⁵ Nasceu no Recife, em 1902. Filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1927 e participou do VI Congresso da Internacional Comunista. Foi afastado do PCB em 1934, reingressando no partido dois anos depois. Fundou a Editora Vitória (1944), vinculada ao PCB. Por sua militância comunista, foi preso várias vezes e deixou o PCB em 1958. Autor de *História sincera da República* (1957), considerada obra clássica da historiografia marxista no Brasil. Morreu em São Paulo, em 1969.





Carlos Roberto da Rosa Rangel e Cácia da Silva Cortes

GENERO

Agildo Barata⁶ igualmente destaca o impacto que os jargões e formas peculiares de expressão comunista tinham sobre os espíritos dos novatos:

Um dia eu tive uma longa conversa com o então Secretário Político do PC, o camarada Miranda. A impressão que Miranda me causou foi muito favorável. Miranda usava todo o jargão do partido e aquilo tinha para mim um intenso sabor de novidade e mistério, esses dois atributos capazes de emprestar às coisas uma grande força de atração. Uma série infundável de frases feitas e de lugares-comuns era usada por Miranda em grande profusão. As palavras imperialismo e latifúndio se repetiam com uma insistência incrível. A América do Sul ele chamava de “Indo-América”; a América Central era o “caribe”; a Rússia era a URSS, ou “União Soviética”, a ditadura varguista era o “governo feudal-burguês de Vargas”, e assim por diante: tudo era novo para mim e dito de uma forma cabalística, nova e atraente aos sentimentos de um neófito. (BARATA, 1962, p. 230)

Não se poderia imaginar que este efeito de sujeição ao discurso revolucionário marxista-leninista fosse indiferente às mulheres, mas teria a mesma intensidade que tinha para os homens que monopolizavam as *funções de responsabilidade* no interior da organização?

Patrícia Galvão demonstra na sua autobiografia que essa mesma fascinação pela causa revolucionária, esse primeiro impacto diante da palavra autorizada, ela também sentiu ao passar três dias em conversações com Luis Carlos Prestes na cidade de Montevidéu, quando ficou “conhecendo a grandiosidade de uma coisa até então desconhecida para mim – o espírito de sacrifício. Prestes mostrou-me concretamente a abnegação, a pureza de convicção. Fez-me ciente da verdade revolucionária e acenou-me com a fé nova. A alegria da fé nova” (GALVÃO, 2005, p. 75). Esse sentimento de entusiasmo quase religioso pelo movimento revolucionário comunista só aumentou quando ela participou pela primeira vez de uma reunião do PCB, na cidade de Santos, durante a greve da construção civil em que atuou como secretária do socorro Vermelho: “a entrada no partido para mim era um privilégio que assombrava minha insignificância. O convívio dos militantes, um dom que eu faria tudo por merecer. Preparei-me para ser recebida num ambiente de fortes e bons; de absolutamente honestos e valorosamente revoltados” (GALVÃO, 2005, p. 81).

As relações de gênero estabelecidas no interior da organização comunista remetem para as reflexões feitas por Machado (2000), quando critica a fixidez do conceito de patriarcado, no qual a mulher está submetida à dominação masculina no quadro de referências a uma estrutura determinante, propondo que as relações de gênero entre mulheres, entre homens e entre mulheres e homens podem ter

⁶ Agildo da Gama Barata Ribeiro nasceu em 1905, no Rio de Janeiro. Entre 1925 e 1928 cursou a Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, e envolveu-se com o movimento tenentista. Na revolução de 1930, estava em João Pessoa e participou ativamente contra os legalistas. Em 1932, tentou lutar com os paulistas contra Vargas e foi preso e exilado em Portugal. Retornou ao Exército e filiou-se ao PCB. Liderou o levante comunista no 3º RI (Rio de Janeiro), em novembro de 1935. Deixou o PCB em 1957 e morreu no Rio de Janeiro em 1968.





diferentes perspectivas além da referência à condição natural dos sexos e às leituras que se podem fazer dessa naturalidade. Nesse enfoque metodológico, o estudo das militantes mulheres no interior de uma organização com fins revolucionários deve ter em conta as diferentes submissões que os indivíduos têm de superar ou assumir, em virtude das identificações atribuídas de forma diferenciada e ideologicamente justificada para homens e mulheres.

Patrícia Galvão, Eneida da Costa Moraes, Beatriz Bandeira Riff, Rachel de Queirós, Lydia Besouchet e Rosa Meirelles, entre outras intelectuais, tornaram-se particularmente conhecidas por seu engajamento no movimento comunista em boa medida porque negaram as identificações disponíveis entre elas e a sociedade, ou seja, recusaram-se a ocupar o lugar reservado às donas-de-casa zelosas, esposas devotadas unicamente ao marido e à prole, mulheres atentas ao *status* social e aos ditames da moda. No entanto, para pertencerem à comunidade dos comunistas, elas teriam de submeter-se a outros imperativos morais e comportamentais, ainda mais rígidos que aqueles dos quais eximiam-se.

Naqueles primeiros anos da década de 1930, ser pequeno-burguês no interior do PCB despertava prevenções por parte da elite pecebista. As prevenções só aumentavam quando além da origem burguesa o militante também fosse mulher com bom nível de escolaridade. Foi o que aconteceu com Patrícia Galvão, após o dramático desfecho do comício de 23 de agosto de 1931, na cidade de Santos. Depois de enfrentar com destemor o ataque policial que vitimou seu amigo e líder sindical Herculano, Patrícia foi presa, e seu nome foi parar nas manchetes dos jornais que destacavam ser ela a primeira mulher presa por motivos da subversão comunista, notoriedade que aumentou diante das versões cada vez mais exageradas da sua atuação no malfadado comício, chegando a ser lembrada como a heroína que impediu com a voz o ataque da cavalaria e conseguiu erguer em seus braços o corpo imenso e agonizante do companheiro Herculano. A reação da elite partidária veio com rapidez. Temerosos de que o nome de uma mulher “pequeno-burguesa” (segundo a classificação dada pelo PCB) despertasse mais atenção do proletariado que o nome do partido, impuseram a ela uma confissão, na qual se dizia “uma agitadora individual, sensacionalista e inexperiente” (GALVÃO, 2005, p. 91).

Depois de sair da prisão e voltar a viver com Oswald de Andrade, Patrícia foi convocada pelo PCB, mediante severas condições:

Exigiam minha separação definitiva de Oswald. Isso significava deixar meu filho. A Organização determinava a proletarianização de todos os seus membros. Eu não era ainda membro do Partido Comunista. O preço disso era meu sacrifício de mãe. Ainda havia condições mais acentuadas. Oswald era considerado elemento suspeito por sua ligação com certos burgueses,

212 Niterói, v. 8, n. 2, 203-223, 1. sem. 2008





Carlos Roberto da Rosa Rangel e Cácia da Silva Cortes

GENERO

e eu teria de prescindir de toda e qualquer comunicação com ele e, portanto, resignar-me à falta de notícias de meu filho. (GALVÃO, 2005, p. 95)

A crescente disciplina que se exigia dos militantes comunistas naquele contexto de racha da cúpula soviética entre stalinistas e trotskistas impunha um comportamento quase religioso em relação a alguns dogmas do marxismo e uma postura submissa às diretivas da Internacional Comunista. Jorge Ferreira destacou o depoimento da médica e psicanalista Nise da Silveira, dado a Dulce Pandolfi, no qual se percebem os efeitos da proletarização sobre uma mulher que se encaminhava para a estabilidade profissional e financeira:

Eu queria fazer concurso para médica do hospital. Os companheiros não aprovavam que eu me dedicasse tanto ao concurso. Eu estudava de manhã, de tarde e de noite. Meu chefe da célula, um alfaiate, me repreendia fortemente. [...] Acabaram me expulsando, acusada de trotskista. Eu não era trotskista... (PANDOLFI, 1995, p. 101 apud FERREIRA, 2002, p. 82)

Diferente de Nise da Silveira, Patrícia Galvão conseguiu proletarizar-se recusando emprego em jornais para buscar trabalho proletário que a tornasse digna da confiança dos companheiros. A mesma paciência e obstinação não teve Rachel de Queirós. Em 1931, a jovem e recém-revelada escritora nordestina entrou em contato com o PCB, na cidade do Rio de Janeiro onde viera receber um prêmio literário. Quando voltou ao Nordeste, auxiliou na fundação do PC no Ceará e devido a sua militância junto à juventude foi fichada como “agitadora comunista” pela polícia de Pernambuco. Ao retornar ao Rio de Janeiro, causou péssima impressão aos companheiros, pois não se vestia como proletária e mostrou irritação quando foi informada de que seu segundo romance, *João Miguel*, teria de ser avaliado pelo Comitê Comunista antes de ser publicado. O texto não foi aprovado, pois no enredo um operário mata outro, e Rachel separou-se do PCB, passando a militar, algum tempo depois, entre os trotskistas (NOGUEIRA JÚNIOR, 2007; GALVÃO, 2005, p. 105).

Rachel não foi a única mulher intelectual a tornar-se centro das preocupações da elite pecebista. Eneida da Costa Moraes igualmente sofreu as restrições impostas aos pequeno-burgueses e as vicissitudes pelas quais passavam as primeiras revolucionárias comunistas do Brasil. Em 1930, a escritora deixou Belém do Pará para fixar residência no Rio de Janeiro, onde conviveu com um grupo de intelectuais que freqüentava a casa de Álvaro e Eugênia Moreyra.⁷ Nesse convívio leu intensamente obras marxistas, recordando, mais tarde, que “a primeira vez que li o Manifesto Comunista de Marx

⁷ Jornalista e atriz de teatro, membro da intelectualidade carioca na década de 1920, Eugênia foi precursora do moderno teatro brasileiro quando, em 1928, junto com Álvaro Moreyra, criou o “teatro de brinquedo” cuja proposta era a arte sem preocupação comercial, em lugares inusitados, sem marcações ou técnicas tradicionais. Eugênia viajou pelo interior do Brasil com seus próprios recursos levando a arte cênica aos populares, participou da organização do Congresso Antigerreiro de agosto de 1934, foi uma das fundadoras da União Feminina do Brasil e participou ativamente das mobilizações da ANL. Ver mais em Rosyane Trotta (1994, p. 130-131).





e Engels fui tomada de um entusiasmo tão grande que cada uma de suas palavras repercutia profundamente dentro de mim” (MORAES, 1962, p. 72).

Nos dois primeiros anos que permaneceu na cidade do Rio de Janeiro, Eneida submeteu-se às provas de sinceridade ideológica, vendendo seus pertences mais caros, dedicando-se a panfletagens, reuniões e iniciação de jovens ao marxismo. Em 1932, foi admitida no PCB e passou a atuar em São Paulo, em um aparelho localizado no Braz, sendo responsável pela recepção e distribuição de correspondências do partido, além da redação e divulgação de jornais e de panfletos. Presa na sua atividade de propaganda, acabou sofrendo os efeitos da depuração do PCB contra os pequeno-burgueses intelectuais.

Depois de ser abandonada pelo partido e declarada responsável indireta pela repressão bem-sucedida em 1932, Eneida experimentou pela primeira vez a tortura e a prisão. Libertada entre o contingente de legalistas da Revolução de 1932, Eneida fugiu para o interior de São Paulo onde aguardou diminuir a onda repressiva. Alguns meses depois, foi readmitida no PCB e retornou ao Rio de Janeiro, local onde passou privações financeiras e atuou com determinação em várias manifestações antifascistas (SANTOS, 2004).

Nas palavras de Jorge Ferreira (2002, p. 130), “nos meios de comunicação comunista, a honestidade, a abnegação e o sacrifício surgiam como os mais característicos atributos femininos”, associados à imagem tradicional que exaltava a maternidade e a moralidade exemplar das mulheres revolucionárias, o que fez com que adjetivos tais como degenerada, sedutora e depravada fossem atribuídos às militantes em desgraça no partido, ao mesmo tempo que Olga Benário foi idealizada como esposa, e Leocádia Prestes convertida em modelo de mãe. Efetivamente, entre os comunistas, a mulher tornava-se sujeito de um discurso que as elevava, exaltando atributos que eram buscados no papel feminino tradicional, ou eram objeto de campanhas difamatórias que exploravam a imagem sedutora da mulher. Contudo, como lembra Ferreira (2002, p. 132), o igualitarismo ou a imposição de moralidade eram negligenciados diante das militantes desqualificadas profissionalmente, sem família ou marido.

Patrícia Galvão, quando entrou no PCB, já carregava o estigma de mulher que facilmente se entregava ao sexo sem maiores pudores, graças à vida liberal e extravagante (para a época) que tinha com Oswald de Andrade⁸ e seus amigos intelectuais

⁸ Oswald de Andrade era filho de família abastada e foi um dos integrantes da Semana de Arte Moderna mais polêmicos. Publicou *Os condenados* (1922), *Estrela do absinto* (1927) e *Serafim Ponte Grande* (1933). Foi casado com a artista modernista Tarsila do Amaral, de quem se separou em 1929. No ano seguinte, casou-se com Patrícia Galvão no cemitério da Consolação, São Paulo. Em 1931, juntamente com Patrícia, teve contato com Luis Carlos Prestes em Montevidéu. Auxiliou Patrícia na fundação do periódico *O homem do povo* e patrocinou o livro *Parque industrial* (1933) da esposa. Mesmo repudiado pelo PCB como pequeno-burguês, Oswald foi um dos intelectuais modernistas que procuraram sintonizar sua obra com os problemas sociais e, mesmo separados, auxiliou Patrícia Galvão nos momentos mais desesperadores entre 1934 e 1937. Ver mais em Boaventura (1995).





Carlos Roberto da Rosa Rangel e Cácia da Silva Cortes

GÊNERO

da década de 1920. Como já foi mostrado, a condição imposta pelo PCB a Patrícia era o afastamento do filho e do marido, e sua condição de mulher sozinha e desimpedida a tornou objeto de constantes assédios e trouxe-lhe uma “tarefa” que, para ela, pareceu repugnante. Ela teria de encontrar-se com um certo Ademar que tinha relações com gente do governo e levava três passaportes de comunistas que iria entregar à polícia. A missão de Patrícia era fazê-lo entregar-lhe os passaportes, além de obter informações sobre a simpatia de José Américo⁹ com o movimento comunista e com quem Prestes poderia efetivamente contar na região Norte. Eram tantas as informações a serem retiradas de um estranho que Patrícia protestou e teve como resposta as seguintes palavras do chefe comunista que lhe falava: “você não parece inteligente [...] – e depois de um silêncio. – Na cama, ele dirá tudo. E você terá o que quiser” (GALVÃO, 2005, p. 127-128).

Depois de recusar a tarefa e ser ameaçada de não mais poder sair do partido e não mais poder desatender ordens, Patrícia foi procurada por outras duas mulheres do PCB, Inez e Má, que se apresentaram a ela com credenciais da Internacional Comunista, assinadas por Stalin. Disseram a ela que o partido não exigia de ninguém monstruosidades. Eram realmente necessárias as informações e uma mulher poderia obtê-las melhor que qualquer homem, com inteligência, diplomacia e mesmo com um pouco de coqueteria”. Depois, fizeram Patrícia assinar um papel em branco alegando tratar-se de uma formalidade preventiva, caso houvesse uma traição naquele setor secreto do PCB... Patrícia cumpriu a “tarefa”, trocou sexo por três passaportes que Ademar, depois de satisfeito, fez questão de mostrar serem totalmente inúteis porque eram grosseiramente falsificados [...]. (GALVÃO, 2005, p. 128-133)

Efetivamente, ser mulher comunista não trazia a liberdade de ação e de pensamento que o partido libertário e igualitarista pressupostamente oferecia, de tal maneira que a militante tinha de enfrentar, a um só tempo, o preconceito da sociedade contra os comunistas (freqüentemente tomados por ateus, promíscuos e violentos) e refutar os papéis tradicionais atribuídos às mulheres quer como *anjos do lar* quer como *demônios sedutores*, dentro e fora do PCB. Mas, em 1935, havia outra possibilidade de participação política, associada ao movimento comunista internacional, sem implicar submissão aos duros dogmas do PCB: fazer parte da grande mobilização popular da Aliança Nacional Libertadora (ANL)!

Ivan Pedro de Martins (1994, p. 187) recorda que, depois de agosto de 1934, houve intensa mobilização de jovens e mulheres, no que resultou na organização da

⁹ José Américo de Almeida nasceu na Paraíba em 1887 e faleceu em João Pessoa em 1980. Formado em Direito, exerceu diversos cargos no poder judiciário. Esteve ao lado de Getúlio Vargas na Revolução de 1930 e tornou-se ministro de Viação e Obras Públicas. Entre 1935 e 1937, foi apontado como o candidato oficial a substituir Getúlio Vargas na presidência da República, mas foi traído pela conspiração militar e civil de novembro de 1937, quando se instalou o Estado Novo no Brasil.





União Feminina do Brasil,¹⁰ onde se encontravam mulheres combativas como Eugênia Álvaro Moreyra, Eneida Moraes e Maria Werneck,¹¹ com seções em vários estados da federação. Ivan era líder da Juventude Comunista e sua noiva, Mary Marcio,¹² atuava na União Feminina do Brasil. Juntos, excursionaram pelo Norte do país nos comícios da ANL ao lado do jornalista gaúcho e membro do Diretório da ANL, Benjamim Soares Cabello, do ex-tenente João Cabanas, do operário Henrique Valladares e de Lydia Besouchet Freitas, mulher de Newton Freitas, intelectual ligado aos artistas modernistas e autor de *Brasil-Argentina: breve esbozo histórico-comercial* (1942) e *Maracatu: motivos típicos y carnavalescos* (1943), ambos editados na Argentina onde se encontrava exilado com a esposa.

Segundo o relato de Ivan Martins, Lydia Freitas obteve especial destaque nos comícios realizados pela caravana de aliancistas, lembrando que em Maceió e Recife ele e Lydia colocaram-se entre a cavalaria da polícia e os manifestantes, apelando para que não atirassem e incitando-os à rebeldia contra os oficiais (1994, p. 215). Em São Luís, Maranhão, Lydia Freitas falou para as mulheres camponesas destacando o enorme sofrimento e a grande carga de sacrifícios a que eram submetidas como trabalhadoras, mães e esposas, atribuindo a responsabilidade disso às injustiças sociais e à exploração da classe dominante. Para Ivan (MARTINS, 1994, p. 239), “é coisa além das palavras a reação de gritos, aplausos, choro, punhos erguidos, que as mulheres deram e fizeram e os homens acompanharam ao fim do discurso de Lygia”.

Em outra oportunidade, na mesma cidade de São Luís, Ivan, depois de discursar apaixonadamente sobre a importância da mulher na luta social, não conseguiu voltar à mesa dos palestrantes, pois “o palco foi invadido por dezenas daquelas pobres mulheres da platéia, abraçavam-me, beijavam-me chorando e, sem mais aquela, vi-me erguido por elas que seguiram em direção ao fundo do teatro”. Ao final da

¹⁰ A União Feminina do Brasil (UFB) foi criada em 1934 e extinta pelo Decreto nº 246, de 19 de julho de 1935, em virtude do apoio que dava à ANL, fechada oito dias antes pelo Decreto nº 229. Sua presidente era Armanda Álvaro Alberto (1892-1974), professora que criou a Escola Proletária de Meriti em 1921, casada com o líder anticlerical Edgar Süsskind. Sobre o debate na imprensa do Rio de Janeiro sobre o fechamento da UFB, ler edições de *A Manhã* (28-7-1935), *Diário de Notícias* (28-7-1935), *A Gazeta de Notícias* (27-7-1935) e *O Globo* (15-9-35). Sobre a UFB, ver mais em DOSSIÊ 5 – UFB. Setor Comunismo. Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS/RJ). S/D.

¹¹ Maria Moraes Werneck de Castro nasceu em 1909 na cidade de Laranjeiras (Rio de Janeiro) e morreu em 1993. Era professora do curso Bandeirantes e amiga da família Prestes. Militante comunista, lutou pelo direito ao voto feminino. Em 1930, participou da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e da Liga Antifascista. Entre 1934 e 1935, foi responsável pelas Comissões Jurídica e de Organização da União Feminina do Brasil (UFB) e, em 1935, acusada de ser líder da Revolução Comunista, foi companheira de cela de Olga Benário Prestes, Armanda Álvaro Alberto (presidente da UFB) e Eneida Costa de Moraes, até junho de 1937. Sofreu o exílio na Argentina e, depois de retornar ao Brasil, atuou ativamente no PCB.

¹² Mary era estudante universitária no Rio de Janeiro onde conheceu Ivan nas atividades da Juventude Comunista. Era filha de Camilo de Freitas Mercio, um abastado fazendeiro e político influente do município de São Gabriel, no Rio Grande do Sul. Atendendo ordens do PCB, casou-se apressadamente com Ivan em maio de 1935, porque ambos iriam fazer parte da comitiva da ANL na excursão pelo Norte do país (ele pela Juventude Comunista, ela pela União Feminina), pois na condição de noivos suscitariam recriminações. A influência política de sua família junto a Flores da Cunha (governador do Rio Grande do Sul) foi providencial quando ocorreu a repressão de 1936, conseguindo fugir com o marido para uma fazenda do pai.





Carlos Roberto da Rosa Rangel e Cácia da Silva Cortes

GENERO

aclamação, Lydiá disse-lhe: “Você falou da importância das mulheres na luta e elas o adotaram como filho” (MARTINS, 1994, p. 246).

No entanto, mesmo com as manifestações emotivas das mulheres nos comícios da ANL, Ivan Martins lembra que a União Feminina do Brasil não conseguiu filiar mais que um milhar de integrantes: “a passividade de umas, a pobreza de outras, a ignorância de quase todas, faziam do mundo feminino um difícil setor para motivar. Nos comícios as mulheres eram numerosas e entusiastas, mas daí a se organizarem havia uma grande distância”. (MARTINS, 1994, p. 187). Dainis Karepovs (2003, p. 134-151) parece confirmar a pequena presença de mulheres de baixa renda e instrução nos quadros do PCB, quando fornece a relação nominal, ocupação e período de detenção de todos os presos políticos do estado de São Paulo entre os anos 1935 e 1937, período de intensa ação policial contra os comunistas. Nesta relação, constam apenas 16 nomes de mulheres de um total que ultrapassa 990 presos, sendo uma catadeira de café, três tecelãs, uma parteira, duas domésticas, uma jornalista, uma professora e outras sete de ocupação não revelada.

Portanto, não causa estranheza a pequena presença das mulheres como sujeito revolucionário relevante no discurso da elite pecebista, situação que só foi alterada singelamente com a guinada do VII Congresso da Internacional Comunista em 1935, quando a mobilização de amplos setores sociais foi defendida como tática contra a ascensão do fascismo. Nos muitos manifestos e proclames que foram lançados neste ano, bem como nas resoluções das reuniões da cúpula do PCB, que ocorreram em maio e julho de 1935, as mulheres militantes aparecem apenas ocasionalmente, tal como se percebe nesse extrato:

Ligar essa luta (a dos jovens e estudantes) com a luta das mulheres operárias e camponesas, domésticas, comerciantes, bancárias, intelectuais, professoras, funcionárias etc. Formar amplos organismos de massa de mulheres por suas reivindicações, pela libertação do Brasil do jugo imperialista e feudal, pelas liberdades democráticas e na luta contra a guerra. Ampliar a União Feminina, fazer incluir mulheres proletárias e trabalhadoras ao lado das intelectuais e dar combatividade a essa organização. Fazer com que as mulheres e organizações femininas adiram à ANL. (Documento do Comitê Central do PCB sobre as resoluções do Plenum de maio de 1935, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, TSN, Processo n. 66, v. 1)

Entretanto, quando Luis Carlos Prestes redigiu um manifesto aos companheiros de partido, em dezembro de 1935, incentivando a continuação da luta e combatendo os “elementos vacilantes”, lembrou-se dos atores de novembro como “homens do povo, sapateiros e estivadores, junto com sargentos e intelectuais revolucionários pequeno-burgueses, numa frente única magnífica, que demonstraram praticamente a todo o país o que será o Governo Nacional Popular Revolucionário [...]” (PRESTES apud VIANNA, 1995, p. 379). Como se percebe, não foi mencionada nenhuma categoria que pudesse remeter para a presença das mulheres no levante de 1935,

Niterói, v. 8, n. 2, p. 203-223, 1. sem. 2008 **217**





embora a poetisa Beatriz Bandeira Riff tenha lembrado que, em 27 de novembro de 1935, seguiu para a casa de Eneida, perto da Lapa,

seguindo ordens do partido que havia lhe dado um pacote com granadas do tipo dinamite. Ela aprendeu como funcionavam e lhe disseram que deveria subir ao apartamento de Eneida, se não houvesse uma toalha na janela. Tomou um táxi e desceu em frente à Escola Nacional de Música, para despistar e seguir a pé. Ao perguntar o preço da corrida ao motorista, ouviu dele: “Não é nada não, companheira, tenha boa sorte”. Beatriz supõe que ele a reconheceria dos comícios dos quais participara. As granadas foram entregues a Eneida sem problemas. (DUARTE, 2007)

Houve oportunidades em que as mulheres conquistaram uma posição de liderança no interior da organização partidária valendo-se da ligação que tinham com o companheiro do Comitê Central, tal como foi percebido naquele momento em que Fernando de Lacerda, secretário-geral do PCB (junho de 1931 a janeiro de 1932), secundado pela esposa Cina, empenhou-se em *proletarizar* os militantes pequeno-burgueses. Cina trabalhou arduamente pela expulsão dos pequeno-burgueses intelectuais que disputavam a primazia dos seus pontos de vista na elaboração das diretrizes do partido, entre eles Leôncio Basbaum. Para obter êxito no seu esforço, ela organizava reuniões com pautas e deliberações previamente decididas e agia com energia contra as lideranças que poderiam contrapor-se ao marido – notoriamente conhecido por ter saúde fraca e pouca atenção com as atividades de inteligência da polícia (BASBAUM, 1976, p. 94-95).

A cisão interna foi tão grave que o Bureau Sul-Americano (BSA) da Internacional Comunista, sediado em Montevidéu, teve de intervir com dois enviados especiais, o argentino Gonzáles Alberdi como observador e, depois dele, Mário Grazini – especialista em mobilização sindical. Posteriormente, percebendo que a gravidade dos conflitos internos no PCB persistiam, o responsável pelo BSA, Boris Heifetz (Abraham Guralski), em 1931, enviou ao Brasil sua esposa, Inês Tulchniska, para avaliar as táticas que o partido estaria desenvolvendo em face da nova realidade brasileira pós-revolução de 1930 e o esforço de proletarianização que estava sendo encaminhado pela cúpula do PCB (WAACK, 1993, p. 33-35).

A intervenção do BSA trouxe conseqüências muito duras para o casal Lacerda. Fernando já tinha sido severamente criticado durante a reunião dos partidos comunistas latino-americanos (junho de 1929), na URSS, quando foi lembrada a facilidade com que os pecebistas eram controlados pela polícia e de como viviam embaraçados em suas rivalidades internas. Em face disso, a Comissão Executiva do Kominter determinou ao PCB que parasse com as “depurações”, que Fernando redigisse sua confissão de culpa, que se deslocasse para Montevidéu (1932) e que Cina fosse afastada do partido, decisões que favoreceram a separação do casal e a ida do

218 Niterói, v. 8, n. 2, 203-223, 1. sem. 2008





Carlos Roberto da Rosa Rangel e Cácia da Silva Cortes

GENERO

ex-secretário-geral, adoentado, com seus três filhos para a União Soviética em 1934, de onde só retornaria em 1943 (KAREPOVS, 2003, p. 425).

Entre os revolucionários comunistas brasileiros, havia, predominantemente, a prevenção em relação à presença feminina nas ações de maior risco e responsabilidade, posicionamento este que já foi demonstrado nas páginas anteriores, mas que atingiu dimensão particularmente trágica no caso de Elvira Copello Coloni. Esta jovem militante, filha de pequenos agricultores e analfabeta, nasceu em 1918 em Sorocaba e foi levada para o Rio de Janeiro por seu irmão, Luis Copello Coloni, ativista do PCB, quando tinha apenas 16 anos. Ao chegar ao Rio, trabalhou como doméstica e conheceu Antonio Maciel Bonfim (Miranda), secretário-geral do PCB em 1934, tornando-se sua companheira e mensageira particular.

Nos primeiros dias do mês de janeiro de 1936, o casal foi preso na cidade do Rio de Janeiro e, depois dos primeiros interrogatórios, Elvira foi liberada pela polícia que percebeu maior utilidade na sua liberdade vigiada do que na tortura e prisão de uma menor de idade. A historiografia anticomunista já explorou à exaustão o “caso Elza Fernandes”, a maneira como foi morta por estrangulamento, atendendo a ordens de Luis Carlos Prestes, e como seu corpo foi dobrado ao meio antes de ser enterrada pelos seus executores (Honório de Freitas Guimarães, Eduardo Ribeiro Xavier, Adelino Deycola dos Santos, Francisco Natividade Lira e Manoel Severino Cavalcanti), junto à casa nº 48-A, na rua Mauá Bastos, Rio de Janeiro (DULLES, 1985, p. 204-210).

Importante para as reflexões deste artigo é o conteúdo das correspondências trocadas entre Prestes e Martins sobre o comportamento da militante e do que deveriam fazer a respeito. A dúvida que era discutida nessa correspondência dizia respeito à autenticidade dos bilhetes que supostamente Miranda havia escrito para a “garota” (Elvira): se fossem verdadeiros, Elvira nada teria dito à polícia, e o responsável pela seqüência de prisões de janeiro de 1936 seria o Miranda, que não teria resistido à tortura, passando importantes informações à polícia; se fossem falsos, Elvira estaria a serviço da polícia e seria a responsável pela repressão bem-sucedida. Martins tinha dúvidas sobre o que fazer em relação à “garota” e pedia instruções a Prestes, obtendo tais orientações que destacavam:

A polícia está usando métodos novos contra nós e dispõe de especialistas. Ela quer aproveitar o mais possível a prisão do Miranda, para lançar a confusão em nossas fileiras, armar os renegados que escondem sua oposição à linha do partido como uma oposição pessoal contra o Miranda. O principal agora é não permitir em nossas fileiras nenhuma dúvida quanto ao comportamento do Miranda na polícia. [...] evitando falar na garota, talvez seja mesmo conveniente, em circular interna, explicar ao partido [...] os novos métodos da polícia. (PRESTES apud VIANNA, 1995, p. 528)

Niterói, v. 8, n. 2, p. 203-223, 1. sem. 2008 **219**





Como tal orientação não surtisse o efeito desejado por Prestes, e ainda existindo vacilações em pôr fim ao risco oferecido pela ex-militante, Prestes tratou de ser mais categórico na definição do perigo que a “garota” representava para a liderança comunista ainda em liberdade:

Mesmo sem conhecer os originais dos supostos bilhetes do Miranda (estou convencido do contrário, como explicarei abaixo) como chegar às conclusões de VV? Por que modificar a decisão a respeito da garota? Que tem a ver uma coisa com outra? Há ou não há traição por parte dela? É ou não é ela perigosíssima ao partido, como elemento inteiramente a serviço do adversário, conhecedora de muita coisa e testemunha única contra um grande número de companheiros e simpatizantes? (PRESTES apud VIANNA, p. 531)

A preocupação em manter a imagem de Miranda, secretário-geral do PCB, como militante revolucionário que tinha suportado o regime de tortura de Felinto Muller e mantido em segredo as informações que poderiam levar seus companheiros ao mesmo destino, mostrava-se mais urgente do que as vacilações humanitárias diante da necessidade de matar a esposa de um companheiro de partido. Para Ferreira (2002, p. 76) “o envolvimento emocional com os outros tinha como limite o compromisso e a lealdade para com o partido”. Os laços afetivos do militante com as pessoas do seu círculo social, familiar ou político não poderiam ultrapassar seu engajamento com a organização revolucionária. Além disso, a premissa de que Elvira estava a serviço da polícia, verdadeira ou não, tinha forte correlação com a idéia predominante, entre os comunistas, sobre a mulher militante como ator no movimento revolucionário, ou seja, como indivíduo sobre quem deveria sempre haver algum tipo de prevenção ou cuidado.

Considerações finais

Entre os anos 1930 e 1937, o discurso revolucionário do PCB sofreu fortes oscilações. Desde a tática de classe contra classe e as medidas de proletarização, com o conseqüente isolamento de muitos intelectuais ou membros da pequena burguesia, até a defesa da união de todos os grupos sociais propensos a combater o fascismo e o imperialismo capitalista. As mulheres passaram por esse processo de depuração ideológica e oscilação de táticas revolucionárias com o desafio adicional de mostrarem que sua condição feminina não implicava em vacilações e, para tanto, submeteram-se às difíceis provas de lealdade, afastando-se dos familiares e dos pertences pessoais, bem como expondo sua vida íntima às intromissões do partido.

As militantes destacadas neste artigo estiveram envolvidas nos preparativos de novembro de 1935, experimentaram a prisão, a tortura e o exílio, mas estiveram ausentes do discurso pecebista como atores importantes na implantação do Governo Nacional Popular Revolucionário. Alguns anos mais tarde, com a mudança radical do

220 Niterói, v. 8, n. 2, 203-223, 1. sem. 2008





Carlos Roberto da Rosa Rangel e Cácia da Silva Cortes

GENERO

discurso pecebista em relação ao governo de Getúlio Vargas e a adoção da política da “união nacional”, importantes lideranças femininas como Rosa Dornelles e Patrícia Galvão mostraram sua independência em relação às novas diretrizes partidárias, afastando-se do partido, mas não da militância marxista.

A compreensão das relações de gênero estabelecidas no interior da organização partidária comunista aprofunda a duplicidade entre as esferas de ação *privada* e *pública*, na medida em que a mulher era elemento constituinte da unidade familiar, mas também era a “camarada” do partido, submetida às normas e interdições próprias de uma organização revolucionária. Igualmente os militantes homens conviviam com essa dicotomia, pois se era deles a maior responsabilidade pelas decisões do partido, tais decisões freqüentemente acarretavam conseqüências à vida privada e familiar, nas quais eles assumiam papéis sobrepostos de pai, marido e militante comunista.

A mulher comunista no PCB tinha participação política que exigia elevado engajamento e, por essa razão, estava inserida na esfera pública da sociedade brasileira de forma particularmente ativa – se considerarmos as alternativas de participação política estendidas às mulheres naquele período. Contudo, tratava-se de uma inserção diferenciada em relação aos militantes homens, pois desempenhavam papéis secundários no interior do partido (especialmente quando eram alvo de suspeitas em virtude da origem pequeno-burguesa) ao mesmo tempo que se expunham à opinião pública como a antítese da feminilidade em virtude da opção pela violência revolucionária.

Seria possível dizer que as mulheres revolucionárias sofreram as conseqüências policiais proporcionalmente ao nível de envolvimento afetivo e familiar que mantiveram com os membros da cúpula revolucionária. Via de regra, o destino dado a elas foi a detenção temporária para averiguações ou para depoimentos nos inquéritos; em outros momentos, a experiência do exílio político (como aconteceu com Rosa Dornelles, Lydia Freitas e Laura Brandão) ou, em nível mais violento, foram encaminhadas para a prisão onde foram torturadas brutalmente (a exemplo de Patrícia Galvão e Maria Werneck).

No entanto, o desfecho da participação política teve contornos mais dramáticos quando mantiveram relações afetivas com membros da cúpula do PCB, como fica explícito no fim de Elvira Coloni, esposa de Miranda, de Olga Benário, companheira de Prestes, e de Elise Saborowski, esposa de Arthur Ernest Ewert, todas mortas de forma brutal no Brasil ou nos campos de concentração nazista. Ter tomado conhecimento das informações privilegiadas e ter presenciado as decisões mais cruciais do partido – mesmo não ficando claro em que medida elas contribuíram para o entendimento do contexto e para a formulação destas decisões – foram os elementos definitivos para o desfecho violento dado às suas vidas.

Niterói, v. 8, n. 2, p. 203-223, 1. sem. 2008 **221**





Abstract: *The objective this article is to perceive as happened the insertion of some militant women in the PCB in relation to revolutionary actions, developed in the 1930s. In order to achieve this purpose, it was used histories books, autobiographies, biographies, documents about PCB and theoretical books about genre relations. As a result, it was found that there were a connection between political militancy, familiaries links and wedlock. These militants actuated actively in the popular and intellectual mobilization in the 1934 and 1935 years, but sometimes without link with PCB. In addition, militant women overcame the social prejudice against the communists and the prevention of the PCBs dome in relation to intellectual women.*

Keywords: *women; PCB; revolution.*

(Recebido em janeiro de 2008 e aprovado para publicação em março de 2008.)

Referências

- AMORIM, Mariana Alves. Combates pela historiografia: a guerra dos sexos na historiografia. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, v. 20, p. 217-244, 2003.
- BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário*. Rio de Janeiro: Melsa, 1962.
- BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos (memórias)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. (Comparada).
- BOAVENTURA, Maria Eugênia. *O salão e a selva: uma biografia ilustrada de Oswald de Andrade*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1995.
- COLLING, Ana Maria. *A construção da cidadania da mulher brasileira: igualdade e diferença*. 2000. Tese (Doutorado em História)-Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2000.
- DUARTE, Leneide. A poetisa romântica de esquerda. *Isto é Gente*, 2007. Disponível em: <http://www.terra.com.br/istoegente/19/reportagens/testem_19.htm>. Acesso em: 20 jul. 2007.
- DULLES, John W. F. *O comunismo no Brasil, 1935-1945*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- GALVÃO, Patrícia. *Paixão Pagu: uma autobiografia precoce de Patrícia Galvão*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.
- HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- HOBBSAWM, E. *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.





Carlos Roberto da Rosa Rangel e Cácia da Silva Cortes

GÊNERO

KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938*. São Paulo: HUCITEC, 2003.

MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? In: REUNIÃO BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 52., 2000. Brasília, DF. *Anais...* Brasília, DF: UnB, 2000.

MARTINS, Ivan P. *A flecha e o alvo: a intentona de 1935*. Porto Alegre: Movimento, 1994.

MORAES, Eneida de. *Banho de cheiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

NEUMANN, Sigmundo. Hacia um estúdio comparativo de los partidos políticos. *Cuadernos de Ciência Política*, Montevideu, p. 68-73, 1991.

NOGUEIRA JÚNIOR, Arnaldo. *Rachel de Queiroz: releituras: resumo biográfico e bibliográfico*. 2007. Disponível em: <http://www.releituras.com/racheldequeiroz_bio.asp>. Acesso em: 01 jun. 2007.

RANGEL, Carlos R. R. *Participação política nos discursos oposicionistas a Getúlio Vargas e Gabriel Terra*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SANTOS, Eunice Ferreira dos. *Eneida de Moraes: militância e memória*. 2004. Tese (Doutorado em Literatura Comparada)-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 32-51, 1995.

SORJ, Bernardo. História e crise da produção de verdade no marxismo. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 3, v.2, p. 78-92, 1983.

TROTTA, Rosyane. *O teatro brasileiro: décadas de 1920-30*. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 1994.

VIANNA, Marli de Almeida Gomes (Org.). *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

WAACK, William. *Camaradas nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

